



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSC E SUAS CONTRADIÇÕES

Aline Schneider¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal suscitar reflexões sobre a atuação do assistente social no âmbito da política de educação superior, com um foco especial no Departamento de Permanência Estudantil (DPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), local de trabalho da autora deste artigo. Nele, serão apresentados alguns dos desafios enfrentados e algumas reflexões da autora sobre essa temática, que são compartilhadas e discutidas frequentemente com outros colegas que atuam na Política de Assistência Estudantil. O artigo aborda inicialmente a atuação profissional do assistente social, sua condição de trabalho e algumas contradições. Posteriormente, as reflexões abordam especificamente à Assistência Estudantil, com problemáticas gerais, que afetam outros profissionais de serviço social atuantes na Política de Assistência Estudantil. No terceiro eixo e nos dois eixos seguintes, aborda-se a Assistência Estudantil da UFSC, reflexões feitas com os estudantes atendidos durante os atendimentos e algumas problemáticas. Por fim, algumas considerações finais são necessárias.

PALAVRAS-CHAVE: atuação profissional; assistência estudantil; política social.

INTRODUÇÃO

Através da formação em serviço social, os assistentes sociais estão equipados com um conjunto de diretrizes e orientações para sua prática. Embora o programa de formação em serviço social seja de natureza generalista, existem certos princípios fundamentais que orientam a profissão, como legislações nacionais, o Código de Ética do Assistente Social, o projeto ético-político da profissão e também as legislações e orientações que acompanham os diversos campos de trabalho do Assistente Social.

Muito se discute acerca das utopias no campo profissional, especialmente na aspiração dos assistentes sociais em relação à emancipação dos usuários das políticas públicas nas quais estão inseridos. Tais aspirações não constituem empreendimentos individuais dos profissionais, mas sim representam objetivos coletivos da profissão que os orienta. Esse cenário não difere no âmbito da Assistência Estudantil, a qual integra a esfera da Política Educacional. O assistente social, conforme diretrizes do projeto ético-político, dá início à sua trajetória profissional

1 Pós-Graduação em Serviço Social; Universidade Federal de Santa Catarina; nineschneider@gmail.com



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

almejando a universalidade, a transversalidade e a integralidade dos sujeitos, bem como a busca pela emancipação, dentre outras questões, no contexto das políticas públicas.

As reflexões presentes no artigo partem da atuação profissional e das discussões e literaturas presentes em disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desta forma, o artigo é um ensaio teórico, com revisão literária e metodologia qualitativa.

A literatura utilizada neste artigo foi principalmente voltada à ação profissional, não necessariamente aludindo à Política de Assistência Estudantil, mas fazendo conexão com ela, devido à atuação profissional da autora ser neste ambiente.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUAS CONTRADIÇÕES

O assistente social integra a classe trabalhadora, portanto, também é responsável por atender às demandas das políticas públicas e das instituições onde exerce sua função, respondendo a tais requisitos. A profissão de serviço social adota uma perspectiva crítica, enfatizando a importância de não perder de vista a análise crítica da realidade. A competência ético-política deve ser uma presença constante na atuação de todos os profissionais do serviço social.

Contudo, quando o profissional se depara com uma multiplicidade de demandas, enfrentando uma rotina exaustiva que impacta mentalmente, seja em relação às solicitações de trabalho, aos atendimentos realizados ou às discussões que por vezes afetam a saúde mental do profissional, ele se encontra em uma situação em que cada dia de trabalho se assemelha a mais um, e ocasionalmente, ele não consegue antever cenários ou considerar alternativas adicionais. Em algumas ocasiões, ele também pode ter dificuldade em refletir sobre sua própria atuação, ou apenas consegue fazê-lo, minimamente. A constante atualização profissional se torna importante nesse processo. Além disso, os encontros com colegas de profissão que atuam no mesmo segmento ou na mesma política, bem como a busca por cursos de pós-graduação e outras oportunidades formativas, revelam-se como aspectos relevantes para a progressão da carreira desse profissional.

No sistema capitalista, onde a constante exigência de respostas e produção impera, não há escapatória para que o assistente social se veja sobrecarregado em suas tarefas cotidianas. Em alguns momentos, poderá parecer que o profissional

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

carece de determinação para promover mudanças em sua abordagem de trabalho e para dialogar com colegas e usuários. Entretanto, por trás dessa aparência, encontra-se um profissional mentalmente exaurido, cuja capacidade de ficar em frente ao computador, uma ferramenta essencial no contexto atual de diversas profissões, mas que pode exaurir os trabalhadores.

Referenciando Yazbek, 2018, a cartilha do CFESS, Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão - Volume 2, traz que:

Além disso, as transformações no “mundo do trabalho” repercutem no mercado de trabalho do Serviço Social e no exercício profissional de assistentes sociais, mais ainda em uma contextualização de degradação do trabalho e precarização das condições em que ele é exercido, impactando não apenas as condições materiais dos sujeitos que vivem do trabalho, mas também as suas formas de sociabilidade individual e coletiva. Considerando ainda a erosão dos sistemas públicos de seguridade social na perspectiva de universalização, com a adoção de programas e serviços cada vez mais seletivos e focalizados nos mais pobres, na ótica da gestão dos riscos e da refilantropização das políticas sociais (CFESS, 2020, p. 18).

O assistente social, por vezes, assume o papel de um profissional que carrega consigo um sentimento de responsabilidade ou frustração por não conseguir realizar mais do que já tem feito. No entanto, ao interagir com seus colegas, percebe que muitos se encontram em circunstâncias semelhantes, compreendendo que essa não é uma questão individual, mas sim estrutural e política.

Após essa análise, é interessante considerar a perspectiva de Regina Célia Tamaso Mito e Vera Maria Ribeiro Nogueira:

No campo institucional, a crise mundial das economias capitalistas ocidentais leva a uma violenta redução dos ideais universalistas e igualitários na área dos direitos sociais, sendo estes substituídos pela exigência da focalização em populações vulneráveis e de risco social, conforme apregoado pelas agências mundiais de fomento e financiamento. Vai-se confirmando uma divergência entre o definido sobre a proteção social na Constituição de 1988 e a operacionalização das políticas sociais e os valores profissionais. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 65).

Outra consideração que impacta substancialmente o desempenho do assistente social é a crença de que este profissional é capaz de compreender, abordar e resolver todas as questões apresentadas. Tanto gestores, quanto outras partes interessadas, incluindo os próprios usuários e colegas de diferentes departamentos, tendem a depositar a expectativa de que o profissional de serviço social será capaz de solucionar demandas que, em outras circunstâncias, não puderam ser adequadamente resolvidas.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Ora, por ser uma profissão generalista, que permite ao assistente social atuar em diversas políticas públicas e segmentos em cada uma delas, ou ainda em setores privados, cooperativas e organizações do terceiro setor, não significa, necessariamente, que o profissional possuirá um conhecimento abrangente sobre todos os campos em que possa estar inserido. Isto demanda que o profissional esteja integrado ao ambiente de trabalho, tenha experiência e conhecimento atualizado, incluindo o estudo das legislações pertinentes à área de atuação. Além disso, no âmbito dos cursos de serviço social, emerge a crítica em relação à abordagem "messiânica" do trabalho, uma vez que não é viável acolher todas as demandas que poderiam ser consideradas dentro da esfera "social".

Como ressalta Marilda V. Iamamoto:

(...) Portanto, não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social e sim de processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais. Ora, um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão, ainda que esta não perca a sua identidade. Evita-se, assim, o risco de reificar o Serviço Social tratando-o como coisa natural, dotado de uma legalidade invariável no tempo e espaço. (IAMAMOTO, 1998, p. 106).

O messianismo está em um limite tênue com o outro conceito já reconceituado na profissão, o qual é a superação do voluntarismo. Não é admissível que o profissional, apenas com base em boa vontade, atenda a todas as demandas. Isso resultará em uma execução inadequada do trabalho, uma vez que a falta de direcionamento e conhecimento apropriado para abordar uma multiplicidade de assuntos pode implicar em interferências nos fluxos de outras áreas ou políticas, acarretando prejuízos tanto para os usuários como para o desenvolvimento do trabalho dos colegas de profissão.

Mas é necessário, também, evitar uma outra perspectiva, que venho chamando de messianismo profissional: uma visão heróica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social. (IAMAMOTO, 1998, p. 22).

O assistente social frequentemente enfrenta críticas de gestores, usuários e colegas quando opta por não atender determinada demanda, uma vez que tal demanda não se insere nas atribuições designadas para sua posição no ambiente de trabalho. Em algumas circunstâncias, ocorrem situações de assédio, predominantemente do tipo moral e institucional, por parte da administração, colocando em dúvida a formação do profissional ou sugerindo que este não está

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

desempenhando seu trabalho de maneira satisfatória. É importante tomar precauções diante de tais questões e definir claramente as atividades desempenhadas, a fim de proteger os profissionais, para que os desejos de gestão em relação àquele campo de atuação, não se sobreponham ao trabalho dos profissionais de modo a evitar decisões de cunho vertical que possam impactar negativamente nos processos de trabalho.

(...) a recorrência a posturas e comportamentos messiânicos e voluntaristas tem a ver com a forte marca da tradição católica oriunda das origens da profissão. Componente cultural este que não pode ser desconhecido, assim como não o podem os novos traços político-culturais propulsores de um Serviço Social protagonista e atento ao momento presente. (...) *56 o que passa pela afirmação de valores da democracia, dos direitos humanos e de cidadania para todos. (IAMAMOTO, 1998, p. 64).

Ainda nos deparamos com a desvalorização persistente do profissional de serviço social por parte de uma parcela da sociedade. Esse cenário se deve, em parte, à persistência das visões históricas da profissão anteriores à sua reconceituação. Como resultado, é comum observar a intromissão de outras pessoas que acreditam compreender melhor as nuances das ações dessa categoria profissional do que os próprios profissionais, influenciados por uma percepção de senso comum. Por fim, a sombra do voluntarismo ainda persiste, sugerindo a necessidade contínua de superar essa perspectiva e reafirmar o caráter profissional e técnico do serviço social.

AS CONTRADIÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Na esfera da assistência estudantil, emergem determinadas contradições, adicionais às já explicitadas, porém é importante lembrar que ela faz parte da política de educação. Alguns atores tendem a confundir as atribuições desses profissionais com as das políticas de assistência social, saúde ou mesmo habitação, mesmo considerando que são outras políticas públicas, de algum modo elas também podem minimamente subsistir dentro da universidade pública, mas no sentido de complementação e até mesmo de trocas entre as redes de políticas públicas e não de interferência nestas políticas. É possível abordar questões relacionadas às outras políticas, sobretudo para fins de orientação ou encaminhamentos.

O público delimitado para os setores de assistência estudantil está estipulado no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mediante o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Esse público engloba indivíduos com renda de até 1,5 salários

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

mínimos vigentes ou provenientes de escolas públicas, conferindo autonomia às instituições para definirem os critérios específicos.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010).

O mesmo decreto, também delimita a finalidade de atender estudantes regularmente matriculados em curso de graduação presencial nas instituições federais de ensino. Ou seja, não atende demandas das políticas de assistência social, saúde ou habitação, ainda que atenda aos mesmos usuários que necessitam destas políticas, delimita-se ao público estudantil com a finalidade de sua permanência, ainda que esta política seja uma das principais mantenedoras do estudante e de sua família. As ações de assistência estudantil podem ter semelhanças com outras políticas, porém não se devem atravessá-las.

As instituições se empenham em executar suas atividades nas esferas delineadas pelo PNAES, entretanto, nem sempre conseguindo englobar todas as áreas, seja por carência de recursos ou, ainda, em virtude da existência de iniciativas nas próprias instituições, conduzidas por outros departamentos que não abrangem a assistência estudantil.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSC

O papel dos assistentes sociais na política de assistência estudantil na UFSC é complexo e multifacetado. No entanto, a implementação da política de assistência estudantil não ocorre sem suas contradições e desafios. Uma das principais contradições enfrentadas pelos assistentes sociais nesse contexto é a luta para encontrar um equilíbrio entre ser um defensor das necessidades dos estudantes e ser um representante da instituição de ensino. Apesar dessas diferenças, os assistentes sociais dentro deste cenário buscam conciliar essas responsabilidades por meio de estratégias adaptativas e negociações institucionais. Essas ações visam maximizar o apoio aos usuários, ao mesmo tempo em que mantém um alinhamento com os objetivos e diretrizes da instituição de ensino.

O setor de serviço social vinculado à assistência estudantil tem por escopo prestar atendimento aos estudantes que enfrentam dificuldades em manter sua permanência na universidade, devido a desafios relacionados à subsistência e até

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

mesmo sua sobrevivência. Muitos dos cursos oferecidos pela universidade são de caráter integral, no entanto, mesmo nos casos em que isso não ocorre, os estudantes frequentemente se deparam com obstáculos para manter um padrão de qualidade nos estudos enquanto conciliam com atividades laborais. Há ainda situações em que estudantes conseguem exercer atividades remuneradas de maneira regular ou esporádica, porém, o montante financeiro auferido se revela insuficiente para garantir sua subsistência autônoma, sobretudo nas proximidades do Campus Florianópolis, e também em outros Campi, notórios pela prática preços desproporcionalmente elevados de moradia e alimentação em comparação com outras regiões das respectivas cidades.

Levando em consideração a problemática da permanência estudantil, exerce um impacto substancial no cotidiano laboral dos trabalhadores e contraditoriamente a forma como o assistente social operacionaliza os programas que compõem este campo de trabalho. O orçamento para a Assistência Estudantil tem sido insuficiente há muitos anos para atender os estudantes cujos a renda familiar per capita é de até 1,5 salário mínimo. A necessidade de criar estratégias que visem a priorizar os estudantes que se encontram em condições mais precárias, pode determinar a amplitude ou a focalização de sua atuação, o grau de burocracia envolvida e até mesmo a extensão de sua aderência ao projeto ético-político inerente à profissão.

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa. (IAMAMOTO, 1998, p. 63).

Esta é uma questão sensível, visto que os profissionais compreendem que todos os estudantes, que possuem perfil para o PNAES, deveriam ser atendidos com os programas aos quais se encaixam nos requisitos. Porém a falta de recursos provenientes do governo federal gera essa focalização. A burocratização dos processos, então, primeiramente demanda da própria constituição do PNAES, no sentido de delimitar o público prioritário, a falta de recursos que gera a priorização dos mais pobres e posteriormente a competitividade que surge entre os estudantes visando garantir o atendimento. Sendo assim, a fim de mitigar o risco de irregularidades que surgem cotidianamente, a burocratização surge como um mal

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

necessário para manter os processos mais transparentes e poder respaldar as análises dos profissionais, que passam constantemente por auditoria interna, devido lidar com programas que possuem alto impacto financeiro de recursos públicos.

O trato com essa problemática, em tese, não deveria recair sobre os profissionais atuantes na assistência estudantil, visto que a existência desses setores nas instituições universitárias não se destina a priorizar um público de uma política em detrimento da falta de recursos. Trata-se de uma questão de maior abrangência, relacionada à gestão desses recursos provenientes do governo federal, predominantemente. Não obstante, entre profissionais de variadas universidades, existe um consenso de que esse enfoque proporciona uma forma de conferir certa equidade ao dar prioridade aos estudantes cujas condições de vida são mais precárias em comparação àqueles em situação mais favorável.

Como coloca a cartilha das atribuições privativas do Assistente Social do CFESS:

Importante ressaltar que a captura das particularidades da força de trabalho do/a assistente social, imerso/a nas contradições das relações de trabalho em tempos de barbárie social, muitas vezes visíveis pela ação da fiscalização do exercício profissional, fazem emergir desafios para a materialização do projeto ético-político profissional, sob os interesses da classe trabalhadora e sob os pressupostos de um projeto profissional que se alimenta da construção de um projeto societário anticapitalista, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. (CFESS, 2020, p. 6).

REFLEXÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM OS USUÁRIOS E PROBLEMÁTICAS COM AS ANÁLISES

Sempre que possível, os profissionais costumam refletir com os usuários sobre a falta de recursos suficientes para a assistência estudantil, sobre as prioridades elegidas, e também sobre a forma de análise que ainda que seja diferente nas instituições. Há questões em comum que as instituições federais possuem, pois não é a análise cadastral que está em xeque, mas sim a falta de recursos públicos. Ainda que a análise seja menos burocrática, mais autodeclaratória, ainda haverá falta de recursos e o mesmo quantitativo de estudantes ficará de fora dos programas. A diferença é que poderá ocorrer, sem essa análise documental, de que estudantes que não deveriam ser atendidos nestes locais por terem a renda per capita superior a orientada pelo PNAES, ou estudantes que deveriam ser atendidos, mas que possuem melhores condições de subsistência, acessem os programas, enquanto os que têm menos condições financeiras não acessem. Além disso, também corre-se o risco de

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

muitos estudantes tiverem o mesmo resultado de análise, gerando um empate entre muitos estudantes a qual não haveria forma de desempatar, a não ser por ordem de inscrição ou sorteio. O que tornaria o processo ainda menos equânime.

São muitas contradições e possibilidades e ainda que haja um trabalho de reflexão com o usuário, que é de extrema importância, ele poderá se sentir prejudicado de qualquer forma, mesmo que compreenda um pouco mais, afinal, é a vida dele, são as condições ou falta delas para sua subsistência, e isso é real para ele e pode fazer com que consiga concluir o curso com qualidade ou não.

Logicamente que também se orienta sobre outras políticas públicas ou mesmo sobre organizações não governamentais, para que o estudante possua outras estratégias de sobrevivência além da UFSC, visto que ele é munícipe, contribuinte e também pode e deve buscar outros meios de proteção.

Da mesma forma que o estudante precisa refletir e pensar politicamente com os seus pares, pressionar pela valorização da educação, pelo aumento de recursos públicos para este fim, entende-se que nem sempre os estudantes possuem um viés político e nem mesmo a força de vontade, visto que sua manutenção é prioridade, ainda que a situação esteja relacionada, a manutenção é algo mais imediato.

Embora a diversidade nas universidades, desempenhada através do sistema de cotas, tenha crescido e haja um esforço do estado em buscar que todos tenham oportunidade de acesso às universidades e não apenas um grupo seletivo da sociedade, como outrora, as questões de permanência que são fundamentais, não têm tido o mesmo olhar. Contudo, sem uma política de assistência estudantil e permanência estudantil forte e com recursos financeiros adequados, não há garantias de que estes estudantes de fato concluam seus cursos e com qualidade.

PROBLEMÁTICAS COM A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFSC

Como já mencionado anteriormente, para alguns profissionais, a ação profissional se torna redundante e sem efetividade em muitas situações. Às vezes tenta-se refletir com o usuário, dar ideias, buscar outras soluções individuais ou coletivas, encaminhar para outros serviços, pois nenhuma política consegue atender a todas as demandas sozinha, ainda que seja uma política com mais recursos no momento, mas aí o usuário se depara com outros "nãos", ou com os "sims" morosos.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A exemplo disso, temos a justiça. Os processos de justiça correm lentos em nosso país e enquanto isso, as situações vão ocorrendo e as soluções são necessárias para ontem.

No entanto, os profissionais que trabalham com assistência estudantil, sempre tem que ter em mente, de que não há atendimento emergencial das demandas e o público, ainda que seja usuário de outras políticas, para ser usuário ali, precisa cumprir ao menos os requisitos básicos do PNAES para atendimento. Isso não quer dizer, que os profissionais, acompanhando os estudante e identificando demandas, não os possa orientar, no entanto não podem interferir em demandas que não são atribuições do setor.

Muitos profissionais das Universidades, demandam diversas situações à Assistência Estudantil as quais não fazem parte de suas atribuições. Algumas demandas trazidas aos assistentes sociais não correspondem às suas atribuições, ainda que possam ser atribuição da profissão, e algumas vezes não as são. Assim, podem colocar em xeque a competência do profissional, por falta de conhecimento do que seria atribuição deste setor.

Se por um lado a burocratização nos processos de trabalhos do serviço público, afetando o serviço social, auxilia para que haja mais transparência e isonomia no atendimento à população, por outro faz com que muitos usuários desistam de dar continuidade ao atendimento, visto que não conseguem apresentar o que lhe é pedido, fazendo com que o público possa ser reduzido às pessoas que conseguem ser um pouco mais esclarecidas ou que possuam auxílio para isso.

A consequência para a intervenção profissional, em decorrência das formas de operacionalização das políticas sociais, logo se fez evidente. Os novos modelos institucionalizados nacionalmente e bastante rígidos, no que diz respeito ao controle da implantação das políticas sociais, inexistentes anteriormente, reduzem a autonomia relativa do assistente social. Sua ação prende-se aos trâmites burocráticos no desenvolvimento dos programas e na exigência constante da quantificação de resultados. A relativa independência profissional, decorrente de sua leitura do real e da implementação de ações vinculadas aos valores éticos da profissão, estreita-se pela impossibilidade de programar a ação, subsumida pelo controle gerencial, favorecido pela informatização das etapas de implementação e avaliação das políticas sociais setoriais. A funcionalidade da intervenção profissional no campo das políticas sociais altera e condiciona seu conteúdo de acordo com as possibilidades de um determinado momento histórico. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 65).

Como as políticas sociais vão se modificando, bem como as expressões da questão social, também é necessário de diálogo entre pares, dentro das mesmas políticas ou segmentos dela, saindo de sua própria instituição de trabalho, mas

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

também dos profissionais em outras políticas públicas. Pois para se pensar no atendimento aos usuários, várias políticas públicas passarão pela vida deste.

Tal configuração confere aos/às profissionais uma relativa autonomia na condução do seu trabalho, “que permite aos sujeitos profissionais romperem com visões deterministas e/ou voluntaristas para se apropriarem da dinâmica contraditória dos espaços institucionais e poderem formular estratégias individuais e coletivas que escapem da reprodução acrítica das requisições do poder institucional. (CFESS, 2020, p. 14).

Participar de eventos com os profissionais de assistência estudantil, seja no âmbito regional ou nacional, possibilita a categoria a trocar experiências e também a suavizar as apreensões, visto que as problemáticas são essencialmente as mesmas para todos, visto que a limitação orçamentária é a maior problemática e posteriormente as condições e demandas de trabalho dos trabalhadores em assistência estudantil. Há questões a serem superadas para todos. A UFSC tem sido grande referência nesses encontros em que diversos profissionais têm citado como exemplos para desburocratizar algumas ações, ainda que a burocracia esteja presente, visto que há o cuidado com o que é público, tendo normatizações mínimas a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se coloca que o público deve ser com até um salário mínimo e meio per capita, não há, pelo menos até então, meios de atuação não burocráticos, pois é necessário aferir se o estudante atendido se enquadra nesse critério. E a falta de recursos suficientes para a assistência estudantil, faz com que os profissionais tenham que ser mais detalhistas com tal análise, pois isso fará com que quem demonstra estar em situação mais empobrecida terá preferência aos demais.

Não é o assistente social quem define quem será atendido pela assistência estudantil, no entanto, quando não é o assistente social que pensa na dinâmica do atendimento, os órgãos tendem a excluir ainda mais os usuários. Os profissionais necessitam estar constantemente atentos a estas interferências dos gestores. Ainda que a própria dinâmica das ações limite o acesso, normatizar isso fará com que piore a situação.

A atuação profissional na Política de Assistência Estudantil é então, completamente permeada por questões de repasse financeiro governamental, e quanto menor este recurso, mais contradições surgem para a dinâmica do trabalho

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

profissional havendo a tendência de buscar soluções cada vez mais focalizadas neste âmbito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

CFESS (org). **Atribuições privadas do/a assistente social em questão**. Vol. 2, Brasília: CFESS, 2020, p.11-42. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional Ed. Cortez, SP, 1998.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálysis**, Florianópolis v.16, 2013, p.61-71. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

